

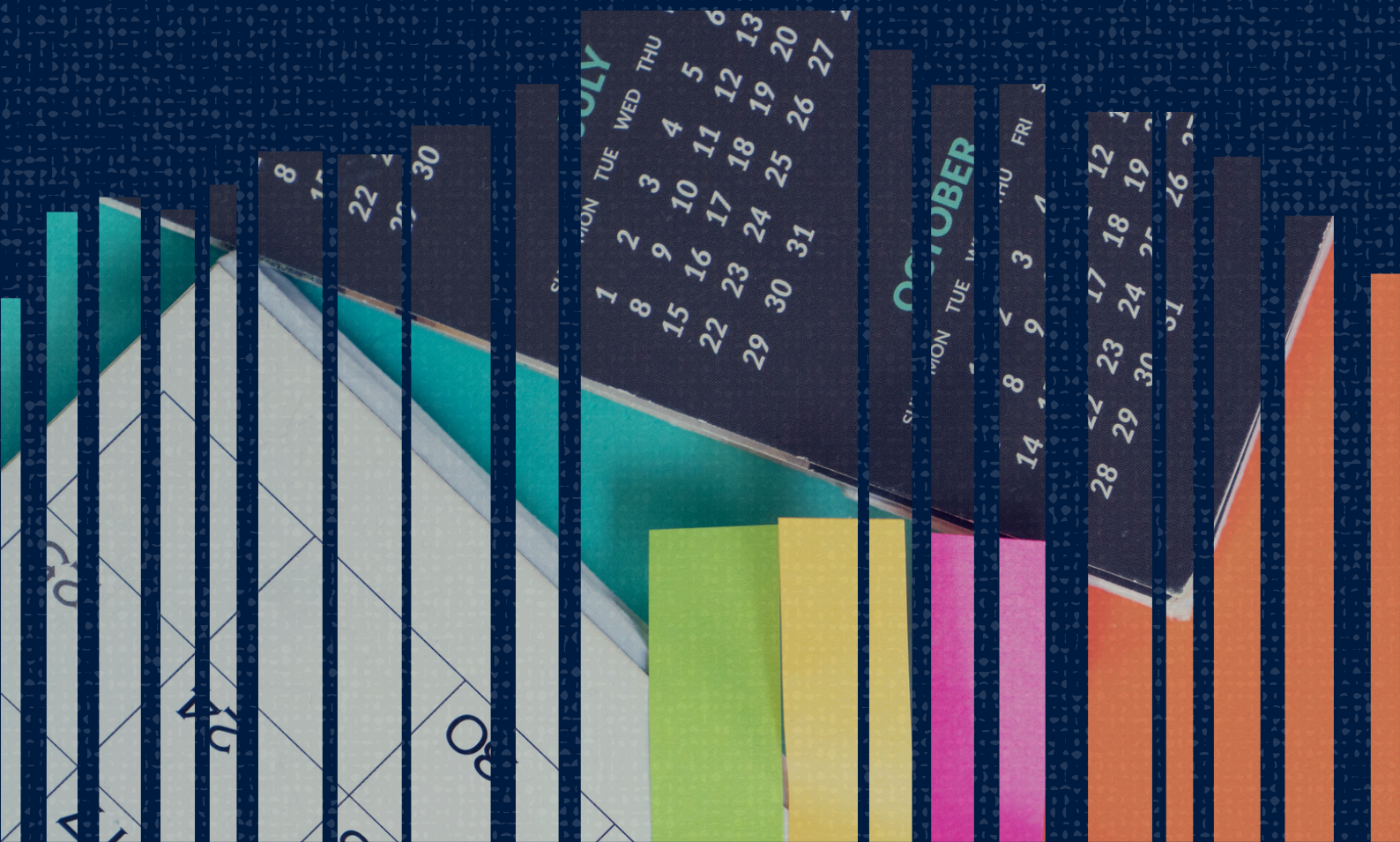


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Estado do Espírito Santo

Comissão de Permanente
Acessibilidade e Inclusão
acessibilidade@tjes.jus.br

Planejamento de ações

Acessibilidade e Inclusão no PJES - 2026



APRESENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA ACESSIBILIDADE - TJES 2025

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES) reafirma, para o ano de 2026, seu compromisso institucional com a acessibilidade, a inclusão e a promoção da cidadania por meio do Planejamento Estratégico de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Espírito Santo. Proposto pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do PJES, o documento consolida ações voltadas à eliminação de barreiras arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais, assegurando a plena participação de pessoas com deficiência e neurodivergentes no âmbito do Judiciário Capixaba.

Para o ciclo de 2026, o planejamento reúne 28 ações estratégicas, contemplando tanto a continuidade de iniciativas iniciadas em 2025 quanto a implementação de novos projetos. Entre as medidas previstas, destacam-se a atualização cadastral e identificação de pessoas com deficiência, o fortalecimento de campanhas anticapacitistas, a capacitação em Libras, a adoção da linguagem simplificada e do Visual Law, a acessibilidade digital no PJe, a adequação de mobiliário e tecnologia assistiva, a criação de sala sensorial, a promoção da neurodiversidade, o suporte psicossocial, o julgamento com perspectiva de deficiência e o fortalecimento da governança e do monitoramento das ações.

Alinhado à Lei Brasileira de Inclusão, à Resolução CNJ nº 401/2021, à Portaria CNJ nº 351/2023 e às diretrizes nacionais de acessibilidade, o TJES avança na construção de um Judiciário cada vez mais acessível, humanizado, inovador e comprometido com a equidade. O Planejamento de Acessibilidade e Inclusão 2026 representa, assim, mais um passo decisivo para garantir que todas as pessoas tenham acesso pleno, digno e efetivo à Justiça.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	04
2. JUSTIFICATIVA	04
3. CATEGORIA A: AÇÕES REMANESCENTES (TRANSIÇÃO 2025-2026)	05
Eixo I: Gestão de Pessoas e Acompanhamento Profissional	06
Ação 01: Atualização Cadastral e Identificação (Cordão Girassol/Crachá)	
Ação 02: Programa de Acolhimento de Novos Servidores e Estagiários	
Eixo II: Cultura Organizacional e Sensibilização	07
Ação 03: Campanhas de Sensibilização Contínua (Anticapacitismo)	
Ação 04: Promoção do Ambiente Inclusivo via Mídias Digitais	
Eixo III: Capacitação e Acessibilidade Comunicacional	08
Ação 05: Capacitação em LIBRAS e Atendimento Direto	
Ação 06: Acessibilidade em Eventos e Cerimonias	
Ação 07: Diagnóstico e Adoção da Linguagem Simplificada	
4. CATEGORIA B: NOVAS AÇÕES CICLO 2026	10
Eixo IV: Infraestrutura e Acessibilidade Digital	11
Ação 08: Adequação de Mobiliário e Tecnologia Assistiva Individual	
Ação 09: Acessibilidade Digital (PJe)	
Ação 10: Erradicação de Barreiras Arquitetônicas e Urbanísticas	
Eixo V: Inovações em Atendimento e Suporte Sensorial	13
Ação 11: Implementação do Curso de Letramento Anticapacitista	
Ação 12: Sala Sensorial de Acolhimento	
Ação 13: Semana da Neurodiversidade e Arte Inclusiva	
Eixo VI: Suporte Psicossocial e Gestão Judiciária	14
Ação 14: Diálogos Grupais e Suporte (Projeto Acolher)	
Ação 15: Capacitação: Autismo na Vida Adulta	
Ação 16: Curso de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência	
Ação 17: Setembro Verde – Ciclo de Debates Estratégicos	
Ação 18: Julgamento Prioritário e Protocolo de Julgamento da Pessoa com deficiência	
Eixo VII: Governança, Monitoramento e Conformidade	17
Ação 19: Fortalecimento do Canal de Denúncias de Barreiras	
Ação 20: Projeto de Empregabilidade "Egresso CETEFE" (MP TES)	
Ação 21: Representatividade em Fóruns Nacionais (CNJ)	
Ação 22: Alinhamento à Política Nacional (CNJ) e GT-BID	
Ação 23: Fomento e Monitoramento das Cotas de Estágio	
Ação 24: Modernização de Critérios para Concursos e Seleções	
Ação 25: Revisão das Condições Especiais de Trabalho (Resolução TJES)	
Ação 26: Balcão Virtual Acessível e Humanizado	
Ação 27: Consolidação da Política de Acessibilidade (Res. 034/2019)	
Eixo VIII: Valorização e Protagonismo	20
Ação 28: Programa de Talentos e Empreendedorismo das pessoas com deficiência	
5. REFERÊNCIAS CONSULTADAS	21

INTRODUÇÃO

O presente planejamento, proposto pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Poder Judiciário do Espírito Santo (CPAI-PJES), estabelece as diretrizes e ações estratégicas do Judiciário Capixaba para o ano de 2026. O foco central é a eliminação multidimensional de barreiras (arquitetônicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais) e a promoção da plena inclusão de pessoas com deficiência e neurodivergentes. Este documento consolida a continuidade de ações não exauridas em 2025 e introduz projetos inovadores alinhados à Política Nacional da Pessoa com Deficiência do CNJ e ao Selo Linguagem Simples.

JUSTIFICATIVA

A promoção de um ambiente judiciário acessível fundamenta-se na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), na Resolução nº 401/2021 do CNJ e na Portaria CNJ nº 351/2023 (Selo Linguagem Simples). A transição para o ciclo 2026 justifica-se pela necessidade de:

- Concluir a modernização de unidades judiciárias antigas conforme a NBR 9050.
- Implementar o letramento anticapacitista para erradicar toda forma de preconceito.
- Garantir que o "juridiquês" não seja uma barreira de acesso para cidadãos com deficiência intelectual ou baixo letramento.
- Alcançar pontuação máxima no Prêmio CNJ de Qualidade 2026.



3. DETALHAMENTO DAS AÇÕES (CATEGORIA A: REMANESCENTES)

EIXO 1

Gestão de Pessoas e Acompanhamento Profissional

- **Ação 01: Atualização Cadastral e Identificação (Cordão Girassol/Crachá)**

Objetivo: Obter dados fidedignos para políticas de cotas e identificar deficiências ocultas para garantir atendimento prioritário e combate ao capacitismo.

Metas: 100% dos magistrados, servidores e estagiários cadastrados; entrega de cordões e crachás para 100% dos interessados. (SEI 7011535-31.2025.8.08.0000)

Cronograma: Jan (Plan) | Fev a Abr (Execução) | Mai (Relatório Final).

Unidades: SGP, STI, CSPS e Segurança Institucional.

Recursos: Sistemas de RH e força de trabalho.

- **Ação 02: Programa de Acolhimento de Novos Servidores e Estagiários**

Objetivo: Garantir a inserção plena e autonomia de novos ingressantes com deficiência, conforme a Res. CNJ 401/2021.

Meta: Criar protocolos multidisciplinares (CSPS) e técnicos (STI) para solicitação imediata de tecnologia assistiva. Processo Sei em andamento: 7011533-61.2025.8.08.0000

Cronograma: Mar a Mai (Protocolos) | Jun (Acompanhamento da inserção).

Unidades: Presidência, CPAI, SGP e CSPS.

Recursos: Espaço físico e força de trabalho das unidades envolvidas.

EIXO 2

Cultura Organizacional e
Sensibilização

- **Ação 03: Campanhas de Sensibilização Contínua (Anticapacitismo)**

Objetivo: Reduzir o viés inconsciente e preconceitos que subestimam a autonomia das pessoas com deficiência.

Metas: 04 campanhas sazonais e 01 seminário estadual. Temas: inclusão social, liderança inclusiva, comunicação não violenta e autonomia das mulheres com deficiência.

Cronograma: Trimestral; Seminário em Dezembro/2026.

Unidades: Comunicação, CPAI e EMES.

Recursos: Verba de publicidade institucional e força de trabalho.

- **Ação 04: Promoção do Ambiente Inclusivo via Mídias Digitais**

Objetivo: Letramento nas normativas e enfrentamento ao capacitismo via podcasts e vídeos.

Meta: Publicar episódio do Just-Talk e 02 vídeos no YouTube com participação de pessoas com deficiência (Princípio: "Nada sobre nós sem nós").

Cronograma: Jan a Abril (Plan e gravação) | maio a Nov (Publicação).

Unidades: Comunicação, CPAI e EMES.

Recursos: Estrutura tecnológica do Tribunal e força de trabalho.

EIXO 3

Capacitação e Acessibilidade Comunicacional

- **Ação 05: Capacitação em LIBRAS e Atendimento Direto**

Objetivo: Garantir autonomia para cidadãos surdos e presença de intérpretes em audiências/balcões (presencial ou vídeo).

Processo SEI n. 7006564-37.2024.8.08.0000.

Metas: Formar 2 turmas (Básico/Intermediário) por convocação; concluir estudo para o cargo de Tradutor/Intérprete (TILS).

Cronograma: Mai a Out (Aulas) | Mar a Out (Estudo de contratação).

Unidades: EMES e Laboratório de Inovação.

Recursos: Instrutores especializados e plataforma EaD.

- **Ação 06: Acessibilidade em Eventos e Cerimoniais**

Objetivo: Eliminar barreiras comunicacionais e físicas em eventos oficiais. Processo SEI de treinamento 70084962620258080000)

Meta: 100% dos eventos com intérprete e audiodescrição; materiais em formatos diversos (áudio, Braille, linguagem simples).

Cronograma: Permanente.

Unidades: Cerimonial e Assessoria de Comunicação.

Recursos: Registro de Preços para tradução e audiodescrição e força de trabalho.

EIXO 3

Capacitação e Acessibilidade Comunicacional

- **Ação 07: Diagnóstico e Adoção da Linguagem Simplificada (Visual Law)**

Objetivo: Eliminar o "juridiquês" para tornar a Justiça compreensível para pessoas com deficiência intelectual e baixo letramento.

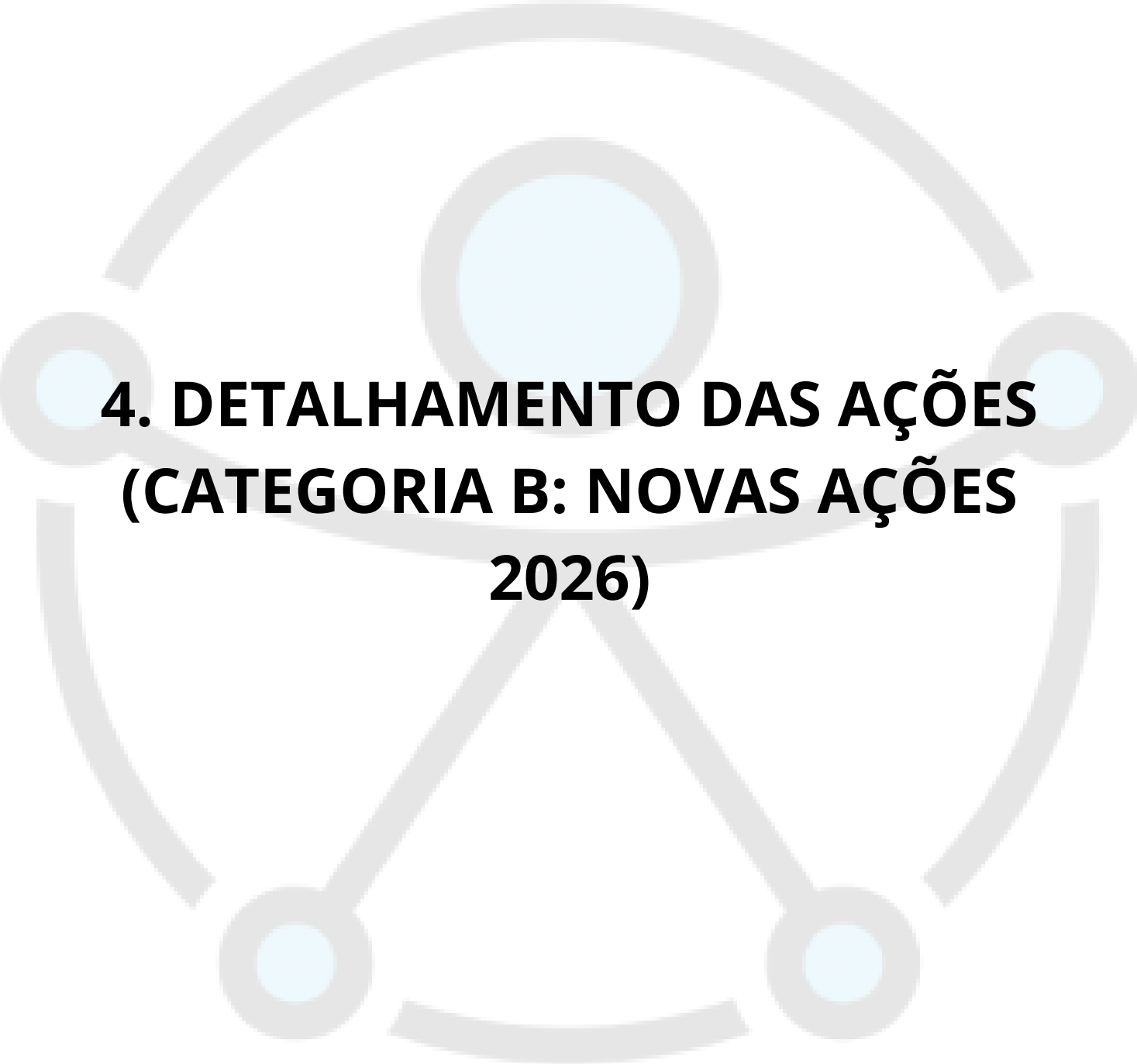
Metas: Formação em Varas de Família; uso de Visual Law (infográficos/ ícones) em 100% dos mandados de citação e intimação padronizados.

Metodologia: Oficinas Práticas de Redação, transformando modelos reais de mandados complexos em resumos amigáveis.

Cronograma: Março a Junho/2026.

Unidades: Gabinetes, EMES e Laboratório de Inovação.

Recursos: Consultoria em Legal Design e ferramentas gráficas.



4. DETALHAMENTO DAS AÇÕES (CATEGORIA B: NOVAS AÇÕES 2026)

EIXO 4 Infraestrutura e Acessibilidade Digital

- **Ação 08: Adequação de Mobiliário e Tecnologia Assistiva Individual**

Objetivo: Fornecer equipamentos e softwares específicos (leitores de tela, teclados adaptados) para trabalho presencial ou remoto.

Processo SEi em andamento: 7011533-61.2025.8.08.0000

Metas: Atendimento de 100% das solicitações realizadas pela CSPS/SGP.

Cronograma: Jan a Jun (Diagnóstico) | Jul a Nov (Custos) | Dez (Entrega).

Unidades: Infraestrutura, STI e CPCS.

Recursos: Orçamento de investimento.

- **Ação 09: Acessibilidade Digital (PJe)**

Objetivo: Garantir que portais e o sistema PJe sejam navegáveis por leitores de tela e tecnologias assistivas.

Metas: Conformidade WCAG 2.1 no PJe; obrigatoriedade de OCR em 100% dos protocolos (proibição de scans puramente imagem).

Cronograma: Março a Novembro/2026.

Unidades: STI e Comitê Gestor do PJe.

Recursos: Desenvolvimento e ferramentas de validação.

EIXO 4

Infraestrutura e Acessibilidade Digital

- **Ação 10: Erradicação de Barreiras Arquitetônicas e Urbanísticas**

Objetivo: Padronizar a acessibilidade física e garantir rotas externas acessíveis (Parceria Infra/BID).

Metas: Reforma de 05 fóruns prioritários; sinalização tátil e Braille em 100% das unidades da capital; adequação de calçadas.

Cronograma: Jan (Edital) | Abr a Dez (Obras).

Unidades: Engenharia e Manutenção.

Recursos: Fundo de Modernização do Poder Judiciário.

EIXO 5

Inovações em Atendimento e Suporte Sensorial

- **Ação 11: Implementação do Curso de Letramento Anticapacitista**

Objetivo: Institucionalizar a comunicação inclusiva e habilitar o Tribunal para o Selo Linguagem Simples.

Módulos: Modelo Social, Neurodiversidade (TEA/TDAH) e Atendimento de Ponta.

Metodologia: Servidores com deficiência preferencialmente sendo tutores e palestrantes.

Cronograma: Fev a Jun/2026 (SEI7004764-03.2026.8.08.0000).

Unidades: SGP e EMES.

Recursos: Materiais didáticos e estrutura da EMES.

- **Ação 12: Sala Sensorial de Acolhimento**

Objetivo: Criar ambiente controlado para regulação de crises sensoriais.

Metas: Instalação de uma unidade piloto na capital (SEI 7009868-10.2025.8.08.0000).

Cronograma: Mar a Out/2026.

Unidades: Engenharia e Manutenção.

Recursos: Mobiliário adaptado e isolamento acústico.

- **Ação 13: Semana da Neurodiversidade e Arte Inclusiva (21/08 à 28/08)**

Objetivo: Inclusão social via parcerias com ONGs (APAE/Down).

Metas: Exposições e apresentações artísticas (21/08 a 28/08).

Cronograma: Agosto/2026.

Unidades: Comarcas do PJES e ONGs parceiras.

EIXO 6

Suporte Psicossocial e Gestão Judiciária

- **Ação 14: Diálogos Grupais e Suporte para pessoas com deficiência - Projeto Acolher**

Objetivo: Espaço de escuta ativa focado na saúde mental dos servidores e magistrados com deficiência.

Metas: 04 encontros mensais com garantia de abono de ponto.

Cronograma: Agosto/2026.

Unidades: SGP e CPAI.

Recursos: Equipe técnica da CSPA e EMES.

- **Ação 15: Capacitação: Autismo na Vida Adulta**

Objetivo: Qualificar magistrados e gestores sobre as particularidades neurobiológicas do autismo e diagnóstico tardio.

Metas: Capacitar gestores, magistrados e servidores com convocação no Diário da Justiça por meio de instrutoria especializada (Dra Leila Landgraf).

Cronograma: junho/2026.

Unidades: EMES.

- **Ação 16: Curso de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência**

Objetivo: Capacitar as equipes multidisciplinares (enfermeira, psicólogos e assistentes sociais) sobre o novo paradigma de avaliação de deficiência, focado em barreiras e impedimentos, e não apenas em diagnósticos médicos.

Metas: Capacitar 100% dos integrantes das equipes de saúde e assistência social do PJES. (SEI 7001455-71.2026.8.08.0000)

Cronograma: Julho à Novembro.

Unidades: EMES, SGP (CSPS) e CPAI.

Recursos: Instrutoria especializada e plataforma EaD.

- **Ação 17: Setembro Verde – Ciclo de Debates Estratégicos**

Objetivo: Discutir a Avaliação Biopsicossocial o protocolo de julgamento na perspectiva da pessoa com deficiência e o impacto das novas diretrizes do CNJ (Política Nacional).

Meta: Evento magno em 21/09 (Dia Nacional da Pessoa com Deficiência).

Cronograma: Setembro/2026.

Unidades: Presidência e CPAI.

- **Ação 18: Julgamento Prioritário e Protocolo de julgamento da pessoa com deficiência**

Objetivo: Assegurar celeridade conforme o "Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Deficiência".

Metas: Mutirão de julgamento de processos onde pessoas com deficiência são parte 100% de observância ao protocolo.

Cronograma: Setembro/2026 (Mês de Intensificação).

Unidades: Presidência, CGJ e Unidades Judiciárias.

Recursos: Força-tarefa jurídica e sistemas de priorização.

EIXO 7

Governança, Monitoramento e Conformidade

- **Ação 19: Fortalecimento do Canal de Denúncias de Barreiras**

Objetivo: Identificar e corrigir entraves de acesso em tempo real.

Monitorar os resultados do programa de acessibilidade 2020-2026.

Processo SEi: 7003450-32.2020.8.08.0000 e 7004783-09.2026.8.08.0000

Metas: Formulário online permanente; publicação do relatório final do sexênio (2020-2026).

Cronograma: Permanente até Dezembro/2026.

Unidades: Planejamento Estratégico e CPAI.

- **Ação 20: Projeto de Empregabilidade "Egresso CETEFE" (MPTES)**

Objetivo: Apoiar a transição laboral de pessoas com deficiência que atuam via CETEFE no PJES.

Metas: Formalizar cooperação técnica para mapeamento e encaminhamento de currículos.

Cronograma: Fluxo contínuo em 2026.

Unidades: CPAI, SGP e MPTES.

- **Ação 21: Representatividade em Fóruns Nacionais (CNJ, dentre outros)**

Objetivo: Garantir protagonismo do TJES e atualização em boas práticas.

Meta: Participação ativa em pelo menos 02 eventos nacionais do CNJ.

Cronograma: Jan a Dez/2026.

Unidades: CPAI e Secretaria Geral.

EIXO 7

Governança, Monitoramento e Conformidade

- **Ação 22: Alinhamento à Política Nacional (CNJ) e GT-BID**

Objetivo: Garantir conformidade imediata e atingir índice de acessibilidade digital de 80%.

Metas: Plano de adequação em 90 dias após a política nacional do CNJ.

Cronograma: Imediato pós-publicação do CNJ.

Unidades: STI, CPAI e Consultoria BID.

- **Ação 23: Fomento e Monitoramento das Cotas de Estágio**

Objetivo: Cumprimento rigoroso da reserva legal de vagas para estagiários com deficiência.

Metas: 100% das vagas preenchidas; entrevista de inclusão para 100% dos contratados.

Cronograma: Contínuo (Picos em Jul e Dez).

Unidades: SGP e Seção de Estágio.

- **Ação 24: Modernização de Critérios para Concursos e Seleções**

Objetivo: Atualizar editais conforme normas de inclusão modernas.

Metas: Incluir disciplina Direito da pessoa com deficiência e substituir aptidão plena por capacidade funcional adaptada.

Cronograma: Conforme editais de 2026 e anos subsequentes (SEI 7004798-75.2026.8.08.0000)

Unidades: SGP e Presidência.

EIXO 7 Governança, Monitoramento e Conformidade

- **Ação 25: Revisão das Condições Específicas de de Trabalho-Resoluções TJES (029/2024 e 057/2024).**

Objetivo: Garantir que teletrabalho e jornada reduzida, inclusive localização provisória, ocorram sem prejuízo funcional ou acréscimo de produtividade.

Processo SEi: 7004374-04.2024.8.08.0000

Meta: Publicação de atos normativos garantindo medidas de acessibilidade e inclusão.

Cronograma: jul 2026.

Unidades: SGP CPAI e Presidência.

- **Ação 26: Balcão Virtual Acessível e Humanizado**

Objetivo: Eliminar barreiras no atendimento remoto.

Metas: Salas com legendagem em tempo real e audiodescrição; balcões físicos em altura acessível.

Cronograma: Mar a Dez/2026.

Unidades: STI e Gestão Predial.

- **Ação 27: Consolidação da Política de Acessibilidade (Res. 034/2019)**

Objetivo: Harmonizar a normativa local com a LBI e Resolução 401/2021 do CNJ.

Meta: Submissão da minuta de revisão ao Tribunal Pleno até o final de 2026.

Cronograma: Mar a Dez/2026.

Unidades: CPAI e Presidência.

EIXO 8 Valorização e Protagonismo.

- **Ação 28: Programa de Talentos e Empreendedorismo da pessoas com deficiência**

Objetivo: Valorizar as competências e habilidades artísticas, manuais e técnicas de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados com deficiência, fomentar o protagonismo e a autonomia por meio do aperfeiçoamento profissional.

Metas: - Realização de feiras de divulgação de trabalhos e produtos dos trabalhadores durante eventos da EMES e no TJES.

(SEI 7004799-60.2026.8.08.0000)

Execução de 02 oficinas anuais de capacitação em empreendedorismo e gestão de carreira.

Metodologia: "Nada sobre nós sem nós" – os próprios trabalhadores com deficiência atuarão como proponentes e expositores, com suporte logístico da administração.

Cronograma: Fluxo contínuo (Feiras) e Semestral (Oficinas).

Unidades: EMES, CPAI e Comunicação, MPTES, SEBRAE.

Recursos: Espaços institucionais e parcerias com entidades de fomento ao empreendedorismo.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021.** Dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no Poder Judiciário.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Portaria nº 351, de 4 de dezembro de 2023.** Institui o Selo Linguagem Simples do Poder Judiciário.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Resolução nº 343, de 9 de setembro de 2020** (e alterações). Dispõe sobre a concessão de condições especiais de trabalho a magistrados e servidores com deficiência.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Portaria CNJ nº 471/2025:** Regulamenta os critérios de avaliação e o regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2026, estabelecendo os eixos de Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050:2020.** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES). **Resolução nº 034/2019.** Institui a Política de Acessibilidade e Inclusão no âmbito do PJES.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES). **Resoluções nº 029/2024 e nº 057/2024.** Regulamentam condições especiais de trabalho.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJES). **Planejamento de Ações de Acessibilidade e Inclusão – Ciclo 2025.** Vitória: CPAI-PJES, 2024 (Documento Base para Ações Remanescentes).
- WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). **Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.1.**



Poder Judiciário
**Tribunal de Justiça do
Estado do Espírito Santo**